

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PALAVRA DA DIRETORIA

Senhoras e Senhores Acionistas

O ano de 2013 foi próspero para a Codesp e para o Porto de Santos. Tivemos a satisfação de atingir resultados expressivos, apesar da instabilidade econômica global. Uma gestão financeira disciplinada, aliada ao desempenho operacional do porto, promoveu resultados recordes, que proporcionaram um lucro contábil à Codesp de R\$ 142,3 milhões. Quanto ao desempenho operacional do Porto, nossa expectativa inicial era movimentar cerca de 109 milhões de toneladas, marca amplamente superada por mais um recorde anual de 114 milhões de toneladas.

Os resultados financeiro e de movimentação de cargas ressaltam a eficácia de nossa gestão e dos terminais portuários, que propiciaram consecutivas quebras de recordes e intensa movimentação de cargas, principalmente, grãos sólidos de exportação. Acreditamos que este acelerado crescimento deve perdurar por alguns anos, dadas as projeções apontadas no estudo de expansão realizado em 2008. De acordo com esse estudo, em 2024 o Porto deverá movimentar em torno de 230 milhões de toneladas.

Esse cenário trouxe situações desafiadoras para o Porto de Santos e para a Codesp. A principal delas foi aperfeiçoar a gestão de tráfego de caminhões no Porto, objetivando contribuir para o aprimoramento da logística que envolve este complexo portuário. Através de investimentos em novas tecnologias encontramos meios para minimizar os problemas de acessibilidade e de falta de capacidade de armazenagem na origem, verificados durante o escoamento das safras agrícolas. A predominância do transporte dessas cargas pelo modal rodoviário trouxe sérios reflexos negativos para o tráfego de veículos na Baixada Santista e, mais especificamente, para o Porto de Santos. Os problemas de acesso concentraram-se, principalmente, fora da área portuária.

Essa conjuntura estabeleceu-se em função do Brasil se destacar no cenário internacional do agronegócio, principalmente pela oferta de terra, água e produtividade, fator que se converte em aumentos expressivos dos volumes de embarques de importantes safras como soja, milho e açúcar, que crescem a cada ano, exigindo investimentos e alternativas eficazes para a acessibilidade ao Porto de Santos.

Nesse contexto, consideramos fundamentais as iniciativas que promovam a expansão da infraestrutura de acesso ao porto pelos governos Federal, Estadual e Municipal, bem como a integração de modais e o aperfeiçoamento da gestão do processo logístico, em uma visão integrada, desde o produtor até o complexo portuário. Percebe-se um foco nos investimentos de curto prazo, mas é primordial que seja iniciado, de imediato, o planejamento das necessidades de médio e de longo prazos. Há a necessidade, ainda, de ações que permitam equilibrar a matriz de transportes, elevando a participação do modal ferroviário para, no mínimo, 35%, e que fomentem a utilização da cabotagem nos transportes domésticos.

Cabe ressaltar que, apesar dos problemas no tráfego verificados nos primeiros seis meses do ano, o segundo semestre transcorreu sem transtornos, em que pese as excelentes performances mensais verificadas na movimentação de cargas, com destaque para o mês de agosto que atingiu a marca recorde absoluta de 11,5 milhões de toneladas. Nesse mês, a movimentação de caminhões somou 320.839 veículos, ficando cerca de 17% acima da média mensal verificada em 2013 (274.266). No mês de agosto o porto operou 52.868 caminhões a mais que a média mensal apurada nos meses de fevereiro a abril (267.971), sem que tenham ocorrido problemas de congestionamento. Onze meses do ano traduziram-se em recordes, fato inédito no Porto de Santos.

Esta diretoria acredita que 2014 será, novamente, um ano desafiador. Entretanto, esperamos minimizar a ocorrência dos problemas verificados durante o escoamento das safras agrícolas neste ano com as obras de infraestrutura, viabilizadas com recursos do Governo Federal, através da Secretaria de Portos (SEP), a implantação da gestão de tráfego e outros procedimentos apontados pelo grupo interministerial – integrado pela SEP e pelos Ministérios dos Transportes e da Agricultura –, que esteve em Santos no mês de novembro debatendo alternativas.

Neste exercício, o Porto de Santos contou, também, com expressivos investimentos privados que passaram a ampliar a oferta de infraestrutura e equipamentos para movimentação de cargas, destacando-se os terminais da Embraport e da Brasil

Terminal Portuário (BTP), que tiveram suas operações iniciadas no primeiro semestre deste ano.

Enfatizamos as mudanças de gestão já iniciadas que mostrarão seus resultados nos próximos exercícios, de forma consistente. Comemoramos a implementação de ações estratégicas como o ERP (*Enterprise Resource Planning*) – Sistema Integrado de Gestão Empresarial –, da SAP, que requer o envolvimento de todos os colaboradores para atingir sua eficácia. Ao final deste exercício estamos na fase de realização, onde há a passagem do conhecimento, através de treinamentos ministrados aos usuários chaves do sistema e analistas. Levando-se em conta a decisão do Governo Federal de mudar o modelo de gestão das companhias docas, a Codesp, com a implementação do ERP, contará com uma importante ferramenta de gestão, alinhando-se às metas de planejamento.

Ainda para modernização da gestão das companhias docas, a Secretaria de Portos anunciou que está adotando providências para contratar uma empresa de consultoria para desenvolver um novo modelo de gestão a ser implementado, inicialmente, em três portos, dentre eles o de Santos. O objetivo é estabelecer metas corporativas e financeiras para as administrações portuárias, visando sua eficiência e eficácia. Além disso, a partir da promulgação da Lei 12.815/2013, a SEP vem desenvolvendo estudos no sentido de regulamentar o artigo 63 desse diploma legal, objetivando agilizar as contratações de bens e serviços pelas Companhias Docas, nos mesmos moldes já adotados por outras empresas da União, respeitados os regramentos e exigências legais existentes. Alinhada, a Codesp contratou a Fundação Dom Cabral para desenvolver um projeto de treinamento de gestores, compreendendo capacitação, monitorias para assuntos específicos, intercâmbio entre as empresas participantes, bem como treinamento específico para os seus dirigentes, trabalho já iniciado pelo Comitê Gestor do SIG (Sistema Integrado de Gestão) com o Mapa Estratégico, bem como, a criação de frentes de trabalho para tratar de temas específicos, a exemplo do grupo criado para a implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos – PMO.

A nova Lei estabelece, ainda, novas regras para os arrendamentos de áreas nos portos, objetivando alavancar investimentos privados para a modernização das suas infraestruturas. O forte crescimento do agronegócio, com exportações recordes em 2013, evidenciou a urgência desses investimentos. Com esse propósito, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou no dia 30 de agosto, nas instalações da Codesp, a primeira audiência pública visando o arrendamento de onze áreas no Porto de Santos. Na ocasião foram discutidas as minutas jurídicas (editais e contratos) para os certames licitatórios. A expectativa do Governo Federal é atrair investimentos da ordem de R\$ 1,39 bilhões, que produzirão aumentos de capacidade de 77% para grãos, 28% para fertilizantes, 74% para líquidos a granel e 194% para celulose.

Outro destaque refere-se ao novo Plano de Empregos Carreiras e Salários (PECS), implementado em 1º de agosto. Ele inseriu mudanças com a aglutinação de categorias em carreiras únicas, de forma a aperfeiçoar a gestão do trabalho na Autoridade Portuária, e reposicionou o nível salarial da empresa, com expressiva valorização dos empregados.

Todos esses fatores lançam desafios importantes à Autoridade Portuária e ao conjunto do Porto de Santos. Entretanto, temos um histórico comprovado de sucesso, e acreditamos estar bem posicionados para aproveitar as oportunidades de crescimento que temos à frente, inspirando e motivando-nos a perseguir a meta de inserir o Porto de Santos numa posição de destaque no cenário portuário internacional. Esta diretoria tem a convicção de que o comprometimento, a ética, o esforço e a dedicação de seu quadro funcional, formado por 1.520 colaboradores, refletirão no sucesso de sua estratégia, contribuindo para o aprimoramento do desempenho da empresa, de sua imagem no mercado e no alcance de seus propósitos.

Renovamos nosso compromisso com os acionistas e agradecemos o contínuo apoio recebido dos órgãos colegiados, da Secretaria de Portos, da Antaq, de nossos colaboradores e parceiros privados.

Obs.: A íntegra do Relatório da Administração, encontra-se disponível na homepage da CODESP no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/relatorio.php>

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | 2013 | 2012 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 2013 | 2012 |
|--|------|------------------|------------------|--|------|------------------|------------------|
| Circulante | | 385.194 | 494.509 | Circulante | | 253.761 | 345.030 |
| Caixa e bancos | | 12.800 | 9.741 | Salários, provisão e encargos sociais | 16 | 59.106 | 43.940 |
| Aplicações financeiras | 5 | 245.058 | 236.903 | Fornecedores e prestadores de serviços | | 23.462 | 15.585 |
| Valores vinculados à aplicação em infraestrutura | 6 | 64.519 | 197.763 | Impostos e contribuições a recolher | 17 | 19.892 | 19.423 |
| Contas a receber de clientes, líquidas | 7 | 39.118 | 38.010 | Empréstimos e financiamentos | 18 | 2.242 | 2.402 |
| Estoques | | 583 | 472 | Plano de pensão | 20 | 47.610 | 125.416 |
| Créditos tributários | 8 | 16.006 | 9.311 | Juros sobre capital próprio a pagar | 22.3 | 34.000 | 47.380 |
| Despesas antecipadas | 9 | 1.428 | 1.654 | Adicional de tarifa portuária | | 59.591 | 59.576 |
| Outros créditos | | 5.682 | 655 | Outras obrigações | | 7.858 | 31.308 |
| Não Circulante | | 2.172.130 | 1.953.865 | Não Circulante | | 802.829 | 823.397 |
| Realizável a Longo Prazo | | 963.328 | 903.558 | Empréstimos e financiamentos | 18 | 4.363 | 6.952 |
| Contas a receber de clientes, líquidas | 7 | 657.050 | 594.887 | Plano de pensão | 20 | 39.312 | 45.725 |
| Valores a receber da União | 10 | 5.556 | 12.561 | Provisão para riscos trabalhistas e cíveis | 19 | 307.149 | 299.372 |
| Depósitos judiciais | 12 | 78.730 | 71.333 | Receita diferida | 21 | 440.617 | 461.968 |
| Bens destinados à alienação | 11 | 3.055 | 4.662 | Outras obrigações | | 11.388 | 9.380 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 30.1 | 218.167 | 220.115 | Patrimônio Líquido | | 1.500.734 | 1.279.947 |
| Outros créditos | | 770 | - | Capital social | 22.1 | 1.126.307 | 922.608 |
| Investimentos | | 5 | 5 | Reservas de lucros | 22.2 | 261.961 | 198.545 |
| Imobilizado | 13 | 1.206.368 | 1.047.658 | Reserva para aumento de capital | 22.4 | 112.466 | 158.794 |
| Intangível | 14 | 2.429 | 2.644 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.557.324 | 2.448.374 |
| TOTAL DO ATIVO | | 2.557.324 | 2.448.374 | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais, exceto o lucro por lote de ações)

| | Nota | 2013 | 2012 |
|--|------|------------------|------------------|
| Receita líquida de vendas e/ou serviços | 23 | 758.765 | 671.453 |
| Custos dos produtos e/ou serviços vendidos | 24 | (326.309) | (308.272) |
| Lucro bruto | | 432.456 | 363.181 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (231.479) | (345.388) |
| Despesas administrativas e gerais | 25 | (143.592) | (137.224) |
| Outras receitas operacionais | 27 | 34.500 | 8.234 |
| Outras despesas operacionais | 28 | (122.387) | (216.398) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 200.977 | 17.793 |
| Resultado financeiro | | 13.329 | 12.049 |
| Receitas financeiras | 26 | 34.367 | 31.707 |
| Despesas financeiras | 26 | (21.038) | (19.658) |
| Lucro operacional | | 214.306 | 29.842 |
| Imposto de renda e Contribuição Social | | (63.490) | 181.323 |
| Corrente | 30.2 | (61.542) | (38.792) |
| Diferido | 30.1 | (1.948) | 220.115 |
| Lucro antes da participação dos empregados | | 150.816 | 211.165 |
| Participação dos empregados no lucro | 29 | (8.500) | (11.845) |
| Lucro líquido do exercício | | 142.316 | 199.320 |
| LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES | | 0,55 | 0,90 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

| | CAPITAL SOCIAL | CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL | RESERVAS DE LUCROS | | LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | TOTAIS |
|--|------------------|---|--------------------|--------------------|-------------------------------|------------------|
| | | | RESERVA LEGAL | RETENÇÃO DE LUCROS | | |
| SALDOS EM 31/12/2011 | 783.995 | 95.141 | 10.140 | 80.002 | - | 969.278 |
| Ajustes de exercícios anteriores | - | - | - | - | (66) | (66) |
| Aumento de capital por capitalização de créditos da União | 95.112 | (95.112) | - | - | - | - |
| Aumento de capital por acionistas minoritários | 30 | - | - | - | - | 30 |
| Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital | - | 11.275 | - | - | - | 11.275 |
| Créditos da União para aumento de capital | - | 147.490 | - | - | - | 147.490 |
| Aumento de capital com reserva de retenção de lucros | 43.471 | - | - | (43.471) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 199.320 | 199.320 |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | 9.967 | - | (9.967) | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | 141.907 | (141.907) | - |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | (47.380) | (47.380) |
| SALDOS EM 31/12/2012 | 922.608 | 158.794 | 20.107 | 178.438 | - | 1.279.947 |
| Ajustes de exercícios anteriores | - | - | - | - | 5 | 5 |
| Aumento de capital por capitalização de créditos da União | 158.746 | (158.746) | - | - | - | - |
| Aumento de capital por acionistas minoritários | 48 | - | - | - | - | 48 |
| Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital | - | 13.470 | - | - | - | 13.470 |
| Créditos da União para aumento de capital | - | 98.948 | - | - | - | 98.948 |
| Aumento de capital com reserva de retenção de lucros | 44.905 | - | - | (44.905) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 142.316 | 142.316 |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | 7.116 | - | (7.116) | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | 101.205 | (101.205) | - |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | (34.000) | (34.000) |
| SALDOS EM 31/12/2013 | 1.126.307 | 112.466 | 27.223 | 234.738 | - | 1.500.734 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

| | 2013 | 2012 |
|---|------------------|------------------|
| Fluxos de caixa originados de atividades operacionais | | |
| Valores recebidos de clientes | 704.071 | 606.850 |
| Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços | (153.127) | (197.475) |
| Valores pagos a empregados, inclusive benefícios | (204.495) | (164.614) |
| Valores pagos de encargos sociais | (56.547) | (45.344) |
| Valores pagos de contingências | (42.135) | (51.590) |
| Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL | (76.579) | (66.013) |
| Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social | (62.674) | (33.464) |
| Valores pagos de juros | (349) | (1.917) |
| Outros recebimentos (pagamentos) líquidos | 34.124 | (19.987) |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais | 142.289 | 26.446 |
| Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos | | |
| Aquisição de imobilizado | (179.526) | (112.179) |
| Aquisição de intangível | (667) | (255) |
| Alienação de imobilizado | 663 | 964 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos | (179.530) | (111.470) |
| Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos | | |
| Pagamentos de empréstimos financiamentos | (2.153) | (2.367) |
| Recursos de acionistas | 98.996 | 112.669 |
| Juros sobre capital próprio pagos | (48.388) | (15.500) |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos | 48.455 | 94.802 |
| Aumento (redução) nas disponibilidades | 11.214 | 9.778 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes | 246.644 | 236.866 |
| Saldo final de caixa e equivalentes | 257.858 | 246.644 |
| Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes | 11.214 | 9.778 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

| | 2013 | 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas | 793.365 | 713.850 |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 427.587 | 400.876 |
| Arrendamentos operacionais e alugueis | 430.163 | 358.474 |
| Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | (62.473) | (45.154) |
| Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados | (1.912) | (346) |
| Insunhos adquiridos de terceiros | (149.980) | (229.964) |
| Materiais, água, energia, serviços de terceiros | (132.346) | (176.094) |
| Outros custos | (17.634) | (53.870) |
| Valor adicionado bruto produzido pela entidade | 643.385 | 483.886 |
| Depreciação e amortização | (30.138) | (30.966) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 613.247 | 452.920 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 34.368 | 37.030 |
| Receitas financeiras | 34.367 | 31.706 |
| Outras | 1 | 5.324 |
| Valor adicionado a distribuir | 647.615 | 489.950 |
| Distribuição do valor adicionado | 647.615 | 489.950 |
| Pessoal | 276.621 | 333.617 |
| Remuneração direta | 183.611 | 131.396 |
| Benefícios | 27.046 | 47.943 |
| Benefícios pós-emprego | 22.991 | 21.660 |
| Participação no lucro | 8.500 | 11.845 |
| FGTS | 14.204 | 10.456 |
| Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas | 18.495 | 108.303 |
| Honorários da diretoria | 1.774 | 2.014 |
| Tributos | 198.390 | (70.452) |
| Federais | 179.514 | 131.371 |
| Ativo fiscal diferido - IR/CSLL | 1.948 | (220.115) |
| Estaduais | 4.887 | 5.103 |
| Municipais | 12.041 | 13.189 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 30.288 | 27.465 |
| Despesas financeiras | 21.038 | 19.658 |
| Alugueis | 9.250 | 7.807 |
| Remuneração de capitais próprios | 142.316 | 199.320 |
| Juros sobre capital próprio propostos | 34.000 | 47.380 |
| Lucros retidos | 108.316 | 151.940 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em conformidade com o artigo 188 da Lei nº 11.638/07, e as orientações de preenchimento, foi elaborada a demonstração do valor adicionado com o objetivo de evidenciar o valor da riqueza gerada pela empresa a sua respectiva distribuição. A contabilização do ativo fiscal diferido, reconhecido no ano de 2012, gerou na distribuição do valor adicionado para o grupo de tributos, daquele ano, valor negativo de R\$ 70.452. Desconsiderando o ativo fiscal diferido de R\$ 220.115, o percentual de participação dos tributos é de 21,08%, correspondente ao valor de R\$ 149.663 relativo as apropriações contábeis dos impostos e contribuições IR, CSLL, PIS, COFINS, INSS, ICMS, ISS e taxas que foram ou serão recolhidas aos entes tributantes das esferas federal, estadual e municipal.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais)

| | 2013 | | | 2012 | | |
|---|---|---|---|---|--|-------------------------------|
| 1 - Base de cálculo | | | | | | |
| Receita líquida (RL) | | | 758.765 | | | 671.453 |
| Resultado operacional (RO) | | | 214.306 | | | 29.843 |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | | 183.612 | | | 131.397 |
| 2 - Indicadores sociais internos | | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 13.670 | 7,45% | 1,80% | 11.775 | 8,96% | 1,75% |
| Encargos sociais compulsórios | 62.090 | 33,82% | 8,18% | 44.851 | 34,13% | 6,68% |
| Previdência privada | 14.635 | 7,97% | 1,93% | 13.223 | 10,06% | 1,97% |
| Saúde | 11.157 | 6,08% | 1,47% | 10.528 | 8,01% | 1,57% |
| Segurança e medicina no trabalho | 205 | 0,11% | 0,03% | 213 | 0,16% | 0,03% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 524 | 0,29% | 0,07% | 361 | 0,27% | 0,05% |
| Creches ou auxílio - creche | 74 | 0,04% | 0,01% | 60 | 0,05% | 0,01% |
| Participação nos lucros/resultados | 8.500 | 4,63% | 1,12% | 11.845 | 9,01% | 1,76% |
| Transporte | 1.622 | 0,88% | 0,21% | 1.915 | 1,46% | 0,29% |
| Bolsa/estágio | 7.065 | 3,85% | 0,93% | 1.155 | 0,88% | 0,17% |
| Outros | 2.187 | 1,19% | 0,29% | 2.201 | 1,68% | 0,33% |
| Total - Indicadores sociais internos | 121.729 | 66,30% | 16,04% | 98.127 | 74,68% | 14,61% |
| 3 - Indicadores sociais externos | Valor | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Cultura | 782 | 0,36% | 0,10% | 600 | 2,01% | 0,09% |
| Esporte | 100 | 0,05% | 0,01% | - | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 450 | 0,21% | 0,06% | - | 0,00% | 0,00% |
| Total das contribuições para a sociedade | 1.332 | 0,62% | 0,18% | 600 | 2,01% | 0,09% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 157.981 | 73,72% | 20,82% | 125.842 | 421,69% | 18,74% |
| Total - Indicadores sociais externos | 159.313 | 74,35% | 21,00% | 126.442 | 423,70% | 18,83% |
| 4 - Indicadores ambientais | Valor | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | 854 | 0,40% | 0,11% | 843 | 2,83% | 0,13% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | - | - | - | - | - | - |
| Total de investimentos em meio ambiente | 854 | 0,40% | 0,11% | 843 | 2,83% | 0,13% |
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa | () não possui metas () cumpre de 0 a 50% | (x) cumpre 51% a 75% () cumpre 76% a 100% | (x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% | () cumpre 51% a 75% () cumpre 76% a 100% | | |
| 5 - Indicadores do corpo funcional | | | | | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 1520 | | | 1.466 | | |
| Nº de admissões durante o período | 91 | | | 165 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 1001 | | | 931 | | |
| Nº de estagiários(as) | 127 | | | 113 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 899 | | | 854 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 201 | | | 193 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 13,72% | | | 11,76% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 286 | | | 290 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 1,45% | | | 1,96% | | |
| Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais | 13 | | | 10 | | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2013 | | | Metas 2014 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração | 29,20 | | | ND | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 4 | | | - | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) todos(as) empregados(as) | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) todos(as) empregados(as) |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva ea representação interna | (x) não se envolve | () segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT | (x) não se envolverá | () seguirá as normas da OIT | () incentivará e segue a OIT |
| A previdência privada contempla | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| A participação nos lucros ou resultados contempla | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa | (x) não são considerados | () são sugeridos | () são exigidos | () não serão considerados | () serão exigidos | (x) serão exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa | () não se envolve | (x) apóia | () organiza e incentiva | () não se envolverá | (x) apoiará | () organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as) | Na empresa 191 | No Procon - | Na justiça - | Na empresa - | No Procon - | Na justiça - |
| % de reclamações e críticas solucionadas | Na empresa 95,80% | No Procon - | Na justiça - | Na empresa - | No Procon - | Na justiça - |
| Valor adicionado total a distribuir | em 2013: 647.615 | | | em 2012: 489.950 | | |
| Distribuição do valor adicionado | 30,63% governo; 5,25% acionistas; | 42,71% empregados(as); 4,68% terceiros; | 16,73% retido | (14,37% governo; 9,67% acionistas; | 68,09% empregados(as); 5,60% terceiros; | 31,01% retido |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais, exceto a nota nº 31)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio. Conforme disposto no Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a CODESP administra, sob Convênio, o Terminal Pesqueiro de Laguna (SC).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Sociedade não possuía ativos financeiros, sob essa classificação, registrados nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 13.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 18.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os valores possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 19.

Imposto de Renda e contribuição social - correntes e diferidos

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240.000,00. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 30.1

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 33 - Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A política de aplicação de recursos da Companhia considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimento, designando essas aplicações como ativos mantidos para negociação.

| | 2013 | 2012 | Rentabilidade |
|---------------------------|---------|---------|---------------|
| Fundo de renda fixa - BB | 174.771 | 125.976 | 90,56% do CDI |
| Fundo de Renda fixa - CEF | 60.187 | 100.175 | 90,24% do CDI |
| NTN-B | 9.991 | 10.649 | IPCA + 6% a.a |
| NTN-P | 109 | 103 | TR + 6% a.a |
| Total | 245.058 | 236.903 | |

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa 22.4 complementa a informação em relação aos valores recebidos.

Os valores encaminhados estão aplicados no mercado financeiro e são utilizados estritamente, para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

| | 2013 | 2012 |
|--|-----------|-----------|
| Valores a receber de serviços prestados | 1.018.293 | 893.823 |
| Valores a receber de serviços prestados a faturar | - | 12.758 |
| (-) Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa | (322.125) | (273.684) |
| Total | 696.168 | 632.897 |
| Curto prazo | 39.118 | 38.010 |
| Longo prazo | 657.050 | 594.887 |

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 92% do valor do contas a receber, sendo que a constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário são suficientes para cobrir eventual decisão desfavorável na demanda judicial em curso.

A decisão em primeiro grau foi integralmente favorável a esta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

| | 2013 | 2012 |
|-----------------------------|--------|-------|
| Saldo negativo de IRPJ | 11.982 | 6.624 |
| Saldo negativo de CSLL | 3.782 | 2.350 |
| Outros créditos tributários | 242 | 337 |
| Total | 16.006 | 9.311 |

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os valores registrados correspondem a :

| | 2013 | 2012 |
|-----------------------------|-------|-------|
| Seguro de bens patrimoniais | - | 744 |
| Férias a apropriar | 1.428 | 910 |
| Total | 1.428 | 1.654 |

10. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo e estão registrados pelo valor líquido da constituição de provisão para perdas estimadas com o seu recebimento.

11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Os bens destinados à alienação no valor de R\$ 3.055 (R\$ 4.662 em 2012), relativos a bens baixados do ativo imobilizado, estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

13. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

| | 2013 | 2012 | TAXAS DE DEPRECIÇÃO (%) |
|-------------------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| Mobiliário em geral | 3.486 | 2.364 | 10,0 |
| Veículos | 362 | 386 | 10,0 |
| Máquinas, motores e aparelhos | 10.078 | 10.109 | 3,33 a 10,0 |
| Equipamentos diversos | 1.406 | 1.548 | 3,33 a 10,0 |
| Outros bens móveis | 231 | 287 | 4,0 a 12,5 |
| Equipamentos de informática | 12.075 | 14.612 | 20,0 |
| Edifícios | 36.834 | 38.117 | 2,0 |
| Instalações | 166.012 | 167.316 | 1,43 a 10,0 |
| Vias de acesso terrestre | 136.496 | 143.536 | 1,43 a 6,67 |
| Infraestrutura terrestre | 25.707 | 26.721 | 1,43 a 6,67 |
| Infraestrutura aquaviária | 42.594 | 20.039 | - |
| Outras construções | 429.043 | 399.967 | 1,43 a 6,67 |
| Terrenos | 4.424 | 4.425 | - |
| Obras em andamento | 278.843 | 154.652 | - |
| Bens móveis industriais | 12.185 | 13.671 | 3,33 a 10,0 |
| Bens imóveis industriais | 46.592 | 49.908 | 3,33 a 10,0 |
| Total | 1.206.368 | 1.047.658 | |

14. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 2.429 (R\$ 2.644 em 2012) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

15. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-13 a 01-05-14.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

| | 2013 | 2012 |
|------------------------|---------|---------|
| Riscos operacionais | 412.297 | 412.297 |
| Automóveis | 11.600 | 11.600 |
| Responsabilidade civil | 30.500 | 30.500 |

16. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

| | 2013 | 2012 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Salários a pagar | 9.635 | 7.024 |
| Provisão de férias | 32.562 | 18.796 |
| Encargos sociais | 7.128 | 5.117 |
| Participação no resultado | 8.678 | 11.986 |
| Outros | 1.103 | 1.017 |
| Total | 59.106 | 43.940 |

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS | 74 | 67 |
| Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03 | 3.947 | 5.343 |
| Retenção para seguridade social – INSS | 856 | 1.924 |
| Imposto de renda retido na fonte – IRRF | 8.155 | 5.314 |
| Programa de integração social – PIS | 987 | 856 |
| Contribuição financiamento seg. social – COFINS | 4.547 | 3.943 |
| Imposto sobre serviços – ISS | 1.052 | 1.705 |
| Outros | 274 | 271 |
| Total – Curto prazo | 19.892 | 19.423 |

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual | 2013 | 2012 | Garantias |
|--|-------|-------|----------------------|
| Moeda estrangeira | | | |
| Financiamento imobilizado | 6.605 | 9.354 | Aval Gov. Brasileiro |
| Curto prazo | 2.242 | 2.402 | |
| Longo prazo | 4.363 | 6.952 | |

Contrato de Financiamento com a Japan International Cooperation Agency – JICA – LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

| NATUREZA | 2013 | 2012 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Provisão cível (i) | 122.743 | 131.099 |
| Provisão trabalhista (ii) | 184.406 | 168.273 |
| Total | 307.149 | 299.372 |
| Longo prazo | 307.149 | 299.372 |

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2013, o montante estimado para processos judiciais representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas era de R\$ 254.259 (R\$ 278.585 em 2012). Para processos cíveis R\$ 22.014 (R\$ 20.352 em 2012) respectivamente, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa.

O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

20. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.800.377 (R\$ 1.604.516 em 2012).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

A empresa no exercício de 2013 pagou R\$ 86.000 (R\$ 20.000 em 2012) referente a parte incontroversa da contribuição patronal de responsabilidade da empresa, em conformidade com o contrato nº 42/10 assinado com aquele Instituto.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2013, foram no montante de R\$ 14.748 (R\$ 13.287 em 2012).

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 25.154 (R\$ 26.888 em 2012), conforme composição abaixo:

| | 2013 | 2012 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro | 461.967 | 486.274 |
| Receita diferida no exercício | 3.803 | 2.582 |
| Apropriação à receita no exercício | (25.154) | (26.888) |
| Saldo em 31 de dezembro | 440.617 | 461.968 |

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
22.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2013, é representado por 128.657.782.807 ações ordinárias e 128.657.782.802 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 21/06/2013 com homologação na AGE de 02/10/2013.

22.2 Reservas de Lucros

Será proposto à Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 17/04/2014, o aumento do capital social no montante de R\$ 44.905, referente a capitalização dos lucros retidos nos exercícios de 2011 e 2012 e objeto da execução do orçamento de capital no exercício de 2013.

Reserva Legal:

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, apresenta saldo de R\$ 27.223 (R\$ 20.107 em 2012);

Reserva de Retenção de Lucros:

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76. Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está prevista a retenção de lucros, no montante de R\$ 101.200 fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse valor acrescido ao saldo remanescente da retenção de lucros efetuada em exercícios anteriores totaliza a importância de R\$ 234.738, que se destina a atender, parcialmente, o programa de investimentos estabelecido no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2014 a 2017, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 17/04/2014.

22.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 34.000 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária a ser realizada em 17/04/2014, calculada sobre o lucro base ajustado, demonstrada a seguir:

| | 2013 | 2012 |
|---------------------------------------|---------|---------|
| Lucro líquido do exercício | 142.316 | 199.320 |
| Reserva legal (5%) | (7.116) | (9.967) |
| Ajustes ao lucro líquido | 5 | (66) |
| Lucro base para cálculo do dividendo | 135.205 | 189.287 |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 33.801 | 47.322 |
| Juros sobre capital próprio propostos | 34.000 | 47.380 |

22.4 Reserva para aumento de capital

A União destina recursos a programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da Taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro | 158.794 | 95.141 |
| Aumento de capital no exercício | (158.746) | (95.112) |
| Créditos da UNIÃO no exercício | 98.948 | 147.490 |
| Encargos financeiros – Decreto 2673/98 | 13.470 | 11.275 |
| Saldo em 31 de dezembro | 112.466 | 158.794 |

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------------|
| Receitas tarifárias | | |
| Utilização da infraestrutura portuária | 310.223 | 288.433 |
| Utilização da infraestrutura terrestre | 74.294 | 64.933 |
| Serviços gerais | | |
| - Fornecimento de energia | 26.262 | 27.631 |
| - Outras receitas | 13.321 | 12.025 |
| Receita de operadora portuária | | 5.213 |
| Receitas patrimoniais | | |
| - Arrendamentos de áreas e aluguéis | 430.163 | 358.474 |
| Impostos incidentes sobre vendas | | |
| - Imposto sobre serviços – ISS | (11.817) | (10.358) |
| - Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS | (4.725) | (4.971) |
| - Programa de integração social – PIS | (14.084) | (12.473) |
| - Contribuição para financ. seguridade social – COFINS | (64.872) | (57.454) |
| Total | 758.765 | 671.453 |

24. CUSTOS OPERACIONAIS

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------------|
| Pessoal, encargos do trabalho e benefícios | 145.814 | 105.056 |
| Encargos sociais | 43.401 | 30.341 |
| Serviços de terceiros | 79.476 | 98.764 |
| Depreciação | 28.575 | 28.992 |
| Aluguéis | 3.030 | 2.234 |
| Utilidades, serviços e materiais | 26.013 | 42.885 |
| Total | 326.309 | 308.272 |

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------------|
| Pessoal, encargos do trabalho e benefícios | 87.833 | 72.596 |
| Encargos sociais | 17.751 | 13.449 |
| Serviços de Terceiros | 11.178 | 15.765 |
| Aluguéis | 6.219 | 5.574 |
| Utilidades e serviços, materiais | 6.279 | 6.505 |
| Outras despesas | 14.332 | 23.335 |
| Total | 143.592 | 137.224 |

26. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2013 | 2012 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Juros e variação monetária | 6.640 | 4.816 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 26.904 | 25.455 |
| Outras | 1.093 | 1.436 |
| Subtotal | 34.367 | 31.707 |
| Despesas Financeiras | | |
| Variação monetária e cambial | (17.940) | (3.891) |
| Juros pagos ou incorridos | (3.098) | (15.767) |
| Total | (21.038) | (19.658) |

Resultado Financeiro, líquido

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|--------------|
| 27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | | |
| Reversão de provisões cíveis e trabalhistas | 31.779 | - |
| Venda de ativo imobilizado | 124 | 269 |
| Subvenção Econômica – Porto de Laguna | - | 5.323 |
| Diversas | 2.597 | 2.642 |
| Total | 34.500 | 8.234 |

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Plano de pensão – insuficiência atuarial | 7.197 | 28.169 |
| Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis | 48.993 | 118.452 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 62.473 | 45.154 |
| Outras | 3.724 | 24.623 |
| Total | 122.387 | 216.398 |

29. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
30.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, a compensar e foram calculados à alíquota de 34%. Esses créditos foram registrados, integralmente, no exercício de 2012 em razão de que valores significativos de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL foram utilizados para quitar os parcelamentos fiscais concedidos através da Lei 11941/09, propiciando dessa forma que os valores remanescentes em conjunto com as diferenças temporárias tivessem recuperabilidade com base nas projeções dos resultados tributáveis futuros da Companhia, conforme disposto no CPC 32. Tributos sobre o Lucro.

Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e a origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

| | 2013 | 2012 |
|---|---------|---------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 113.727 | 93.053 |
| Provisão para riscos trabalhistas e cíveis | 104.431 | 101.786 |
| Outras Provisões | 9 | 7.946 |
| Prejuízos fiscais – IR | - | 13.426 |
| Base negativa CSLL | - | 3.904 |
| Impostos diferidos | 218.167 | 220.115 |

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

| | 2013 | 2012 |
|----------------|---------|------|
| 2014 | 46.265 | |
| 2015 | 12.738 | |
| 2016 | 107.772 | |
| 2017 | 31.519 | |
| 2018 em diante | 19.873 | |

30.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

| | 2013 | 2012 |
|--|----------|----------|
| Lucro antes do imposto de renda | 205.805 | 29.842 |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34% | (69.974) | (10.146) |

(Adições) e exclusões permanentes

DIRETORIA EXECUTIVA

RENATO FERREIRA BARCO
Diretor-Presidente

PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE
Diretor de Infraestrutura e Execução de Obras

ALENCAR S. DA COSTA
Diretor de Administração e Finanças

CARLOS HELMUT KOPITITKE
Diretor Comercial e de Desenvolvimento

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP135973/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Diretores e Conselheiros da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo Santos (SP)

Examinamos as demonstrações contábeis da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do Valor Adicionado e do Fluxo de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para Opinião com Ressalva

1. Conforme Nota Explicativa nº 20, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora **CODESP**, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de KR\$ 1.800.377 (KR\$ 1.604.516 em 2012).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2013, foram no montante de KR\$ 14.748 (KR\$ 13.286 em 2012).

Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras. Dessa forma, a empresa também está deixando de observar os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em função de os registros contábeis não atenderem ao disposto no CPC 33 – Benefícios a empregados.

2. Em virtude da troca de sistema, no final do exercício encerrado em 31/12/2013, não foi possível obter informações suficientes para analisar os processos de compras, havendo limitação de escopo. Por esse motivo, deixamos de opinar sobre esse tema.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos financeiros advindos do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafo de Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que conforme Nota Explicativa 13, a **CODESP** possui registrado no seu Ativo Imobilizado Valores em Edifícios e Instalações que estão construídos em terrenos de terceiros, da UNIÃO. Esses bens poderiam estar registrados em "Benfeitorias em imóveis de terceiros".

Caso haja retomada dos imóveis pela UNIÃO, esses bens da **CODESP** poderão ser incorporados na retomada, sem reembolso para a empresa.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2012, foram auditadas por nossa empresa de auditoria independente, cujo relatório emitido em 20/02/2013 continha a ressalva relativa ao tema PORTUS, implicando no não cumprimento do CPC 33 – Benefícios a empregados.

Ribeirão Preto (SP), 28 de fevereiro de 2014.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC-1-SP 067138/O-0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, aprova o referido documento, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 12 de março de 2014.

Eduardo Xavier
PRESIDENTE DO CONSELHO
Antonio Francisco Armelin Gomes
CONSELHEIRO
Marcio Luiz Bernardes Calves
CONSELHEIRO

Renato Ferreira Barco
CONSELHEIRO
Jean Paulo Castro e Silva
CONSELHEIRO
Angelino Caputo e Oliveira
CONSELHEIRO

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

- As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2013.
- Destinação do resultado do exercício de 2013, no montante de **R\$ 142.315.773,63** (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) conforme abaixo:
 - distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 34.000.000,00** (trinta e quatro milhões de reais);
 - constituição de reservas no total de **R\$ 108.321.073,63** (cento e oito milhões, trezentos e vinte e um mil, setenta e três reais e sessenta e três centavos), proveniente de **R\$ 108.315.773,63** (cento e oito milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos acrescido de R\$ 5.300,00 relativo a ajustes de exercícios anteriores
 - Reserva Legal** a importância **R\$ 7.115.788,68** (sete milhões, cento e quinze mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos); e
 - Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 101.205.284,95** (cento e um milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) com a finalidade de atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2014 a 2017.

- Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.081.402.640,97** (um bilhão, oitenta e um milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e sete centavos) para **R\$ 1.126.307.385,45** (um bilhão, cento e vinte e seis milhões, trezentos e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 44.904.744,48** (quarenta e quatro milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2013, com recursos das retenções de lucros de exercícios anteriores.
- Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2014 a 2017, com valor estimado de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais).
- Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 133.538.522,18** (cento e trinta e três milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e dezoito centavos) relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2012, para atender e complementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2014 a 2017.

Santos, 12 de março de 2014.

Eduardo Xavier
PRESIDENTE DO CONSELHO
Antonio Francisco Armelin Gomes
CONSELHEIRO
Marcio Luiz Bernardes Calves
CONSELHEIRO

Renato Ferreira Barco
CONSELHEIRO
Jean Paulo Castro e Silva
CONSELHEIRO
Angelino Caputo e Oliveira
CONSELHEIRO

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - AGUIAR FERES - de 28.02.2014, cujo ponto ressaltado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 20. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

- Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.081.402.640,97** (um bilhão, oitenta e um milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e sete centavos) para **R\$ 1.126.307.385,45** (um bilhão, cento e vinte e seis milhões, trezentos e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 44.904.744,48** (quarenta e quatro milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2013, com recursos das retenções de lucros de exercícios anteriores.
- Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2014 a 2017, com valor estimado de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais).
- Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 133.538.522,18** (cento e trinta e três milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e dezoito centavos) relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2012, para atender e complementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2014 a 2017.

O Conselho Fiscal ratifica as ressalvas apontadas pela Auditoria Independente e ressalta que a não solução da pendência administrativa e judicial existente entre a **CODESP** e a arrendatária Libra Terminal 35 S/A causa consideráveis impactos financeiros.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens 1, 2, 3 e 4 acima mencionados à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 12 de março de 2014

Herbert Marcuse Megredo Leal
PRESIDENTE
Valter Casimiro Silveira
CONSELHEIRO

Fabiana Vieira Lima
CONSELHEIRA
Martin Aron
CONSELHEIRO

Marcelo Eduardo Ratton Ferreira
CONSELHEIRO

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições:

- Destinação do resultado do exercício de 2013, no montante de **R\$ 142.315.773,63** (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) conforme abaixo:
 - distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 34.000.000,00** (trinta e quatro milhões de reais);
 - constituição de reservas no total de **R\$ 108.321.073,63** (cento e oito milhões, trezentos e vinte e um mil, setenta e três reais e sessenta e três centavos), proveniente de **R\$ 108.315.773,63** (cento e oito milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos acrescido de R\$ 5.300,00 relativo a ajustes de exercícios anteriores
 - Reserva Legal** a importância **R\$ 7.115.788,68** (sete milhões, cento e quinze mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos); e
 - Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 101.205.284,95** (cento e um milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) com a finalidade de atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2014 a 2017.

Destinação do resultado de 2013:
Lucro líquido do exercício 142.315.773,63
(-) Reserva Legal (7.115.788,68)
Ajustes de exercícios anteriores 5.300,00
(-) Juros sobre capital próprio propostos (34.000.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros (101.205.284,95)
Lucros Acumulados -